

# APRESENTAÇÃO

O marco do início das atividades acadêmicas na ESMPU, em 2025, foi o “Seminário Internacional Brasil-Alemanha: defesa da democracia e dos direitos fundamentais”. Durante dois dias, juristas e acadêmicos do Brasil e da Alemanha trocaram experiências sobre direitos fundamentais em temas transversais na defesa da democracia e discutiram avanços, recuos e ressignificações dos institutos jurídicos pilares do Estado Democrático de Direito em ambos os países.

E é com grande satisfação e alegria que fechamos o ano acadêmico com a publicação de uma edição especial da *Revista da Escola Superior do Ministério Público da União* (v.3, n.1/2025 – Edição Especial), composta por artigos produzidos por renomados palestrantes desse importante Seminário, ocorrido nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2025, na sede da instituição, em Brasília-DF.

Esta edição da Revista presenteia o leitor com artigos que discutem temas constitucionais e infraconstitucionais atuais, sob a perspectiva da atuação de ministros do Tribunal Constitucional Federal alemão e de acadêmicos do Brasil e da Alemanha, os quais contribuem, com os seus ensaios jurídicos, para solução de problemas complexos da sociedade mundial, vivenciados nas mais diferentes democracias liberais.

O primeiro artigo, de autoria da ministra alemã Rhona Fetzter, trata do sistema judiciário e da defesa da democracia e do Estado de Direito. O texto analisa, entre outros aspectos, as graves situações recentemente vivenciadas em democracias consolidadas que sofreram ataques sistêmicos a instituições democráticas e o papel crucial das Cortes Constitucionais na garantia dos pilares do Estado Democrático de Direito, inclusive por meio dos mecanismos da democracia defensiva. Também destacou a necessidade de fortalecimento das regras de independência e harmonia entre os Poderes e que “a independência dos tribunais, sobretudo dos tribunais constitucionais, representa um bem valioso, que deve ser moldado para a resiliência”. Abordou ainda as alterações legislativas ocorridas no final de 2024, justamente para elevar ao patamar constitucional regras que fortalecem a autonomia e o funcionamento do Tribunal Constitucional Federal alemão sem pressões de outros Poderes.

O segundo texto do volume especial da RESMPU é a reprodução da palestra de Thomas Offenloch, ministro alemão, sob o título “Atuação dos Poderes e estímulos jurídicos a uma cultura democrática”, em que defendeu a necessidade de fortalecimento da cultura da democracia e da paz, sobretudo diante do cenário de grave violação do Direito Internacional, representada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Assim como enfatizado pela ministra Rhona, o ministro Thomas Offenloch reforça que a independência do Poder Judiciário e a separação entre os Poderes funcionam na Alemanha e constituem a base da efetiva proteção da liberdade de expressão e de imprensa e dos valores e princípios democráticos. Também enfatiza que as garantias constitucionais e jurídicas não podem se distanciar da realidade da vida, devendo produzir efeitos e, para que isso ocorra, é necessário garantir

a autonomia do Poder Judiciário. Por fim, trata da complexidade de se efetivar o exercício do direito à liberdade de expressão e o necessário equilíbrio das Cortes na interpretação e aplicação desse valor constitucional, a fim de conciliar o direito de personalidade aos princípios democráticos do debate público.

Na sequência, o professor e constitucionalista Pedro Rubim Borges Fortes constrói um diálogo constitucional com o ministro alemão Thomas Offenloch sobre as fronteiras jurídicas entre o público e o privado e sobre a ponderação de valores no que diz respeito à liberdade de expressão. Partindo do chamado "Caso Lüth", também analisado por Offenloch, o autor afirma que esse precedente da jurisprudência constitucional alemã e, portanto, do direito comparado, foi o marco, no Brasil, para a aplicação do constitucionalismo também à esfera do Direito Civil. Rubim compartilha do entendimento do ministro Thomas Offenloch quanto à conexão dos direitos fundamentais relativos à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa com a democracia e aponta que a desconstrução desses direitos representa, justamente, o ponto de partida de regimes autocráticos. O autor destaca aspectos da doutrina conhecida como democracia defensiva, praticada nos sistemas constitucionais alemão e brasileiro e revela que o jurista Karl Loewenstein, ao comparar o regime do "Estado Novo", da Era Vargas, com os regimes nazista e fascista da época, concluiu que existe uma diferença entre totalitarismo e autoritarismo.

Saindo um pouco da esfera puramente constitucional para também discutir o sistema jurídico-processual civil, o professor alemão Michael Stöber, da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, discorre sobre o acesso a Tribunais Superiores na Alemanha e as restrições a recursos existentes na legislação processual alemã, sob a ótica da tensão resultante dos valores da eficiência judicial e dos direitos processuais fundamentais. O autor expõe o entendimento do Tribunal Constitucional Federal alemão, lastreado pela doutrina, no sentido de que a norma jurídica constitucional não obriga a existência de várias instâncias recursais, sendo, portanto, uma atribuição legislativa infraconstitucional, e compara essa restrição com a legislação constitucional de países da América Latina que garantem a dupla jurisdição recursal. Michael Stöber defende que a garantia do direito ao acesso à justiça vincula-se à existência de, pelo menos, uma instância recursal e analisa as restrições aos recursos de revisão, existentes na legislação processual civil alemã, sob o ponto de vista constitucional.

A professora Astrid Stadler, da Universität Konstanz, tratou do sistema da tutela coletiva de direitos na Alemanha, trazendo importante e aprofundada reflexão sobre os aspectos processuais das ações coletivas naquele país, a partir da incorporação, pela Comissão Europeia, do *private enforcement* dos Estados Unidos. A autora aponta que, na Alemanha, esse debate tardio decorre da desconfiança do sistema jurídico em relação às ações coletivas para defesa tanto de consumidores quanto de interesses públicos, e de uma vinculação normativa estrutural a uma abordagem puramente de natureza cível. Destaca que o modelo da *class actions* norte-americana era visto com muita restrição no sistema jurídico alemão. Nesse cenário, Stadler esclarece que o sistema europeu de defesa dos direitos coletivos restringiu a sistemática do financiamento existente no modelo americano e, com isso, também se inviabilizou que associações privadas pudessem exercer a defesa em juízo desses direitos. Em uma segunda parte do seu artigo, a autora analisa aspectos do acesso

à justiça e das ações judiciais em massa em contraponto aos possíveis benefícios das ações coletivas e a iniciativa do legislador alemão, que instituiu um modelo de ações para casos envolvendo mercado de capitais, mas que ainda não surtiu o resultado esperado de desafogar o Judiciário. Também discute casos em que houve danos em massa sem a devida indenização, pela pulverização de situações que envolvem danos de menor valor, e o reflexo dessa falta de reparação no incentivo econômico à transgressão pelos agentes violadores. Ainda aborda aspectos processuais dos modelos de ações coletivas hoje incorporadas ao ordenamento jurídico alemão, para afirmar que esse sistema ainda está em construção, necessitando de diferenciações mais adequadas quanto à natureza das ações, aos seus legitimados e ao modelo de financiamento.

Por fim, o professor da Universität Konstanz Michael Stürner, no artigo “Procedimentos-modelo, causas-piloto e procedimentos de decisão paradigmática no direito alemão”, analisa a evolução da prática processual civil no direito alemão nos últimos vinte anos, antes firmada nos conceitos tradicionais de parte individual e da participação de terceiros apenas nas hipóteses de litisconsórcios, para o atual cenário jurídico, que resulta, em parte, das diretrizes da União Europeia para o fortalecimento dos direitos do consumidor. Afirma o autor que houve uma consolidação do entendimento no sentido de que as regras processuais civis, pautadas na legitimidade individual, não são adequadas para proteção, em juízo, dos interesses coletivos, sobretudo de consumidores lesados. Stürner faz um paralelo entre a evolução jurisprudencial e normativa sobre o tema e discute, especificamente, cada uma dessas tipologias de ações coletivas, inclusive no direito comparado de outros países da Europa. A leitura desse texto é uma oportunidade ímpar de estudo do direito comparado quanto às hipóteses de ações coletivas ou de procedimentos processuais adotados pelos Tribunais alemães visando uma repercussão jurídica coletiva de suas decisões. Importa dizer que alguns desses procedimentos mantêm características semelhantes à sistemática processual do Tema ou Recurso Repetitivo aqui no Brasil.

Os textos de autores alemães estão em língua alemã, com a respectiva tradução em língua portuguesa ao final. O texto em língua portuguesa, por sua vez, apresenta versão alemã ao final.

Importante também registrar o nosso agradecimento à Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil e à tradutora Kelly Medrado Passos, que, gentilmente, traduziu os textos aprovados para compor esta edição especial.

*Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento*

EDITORA-CHEFE  
DIRETORA-GERAL DA ESMPU